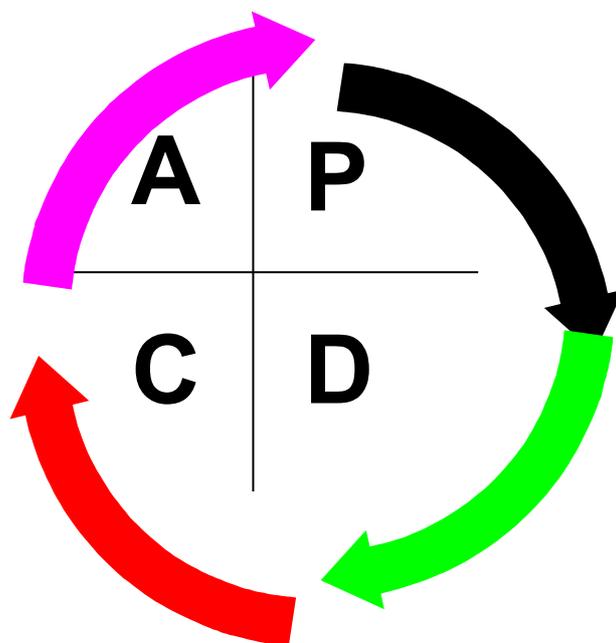




**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Empresa de Tecnologia da Informação
do Ceará*

**PLANO ESTRATÉGICO DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO GOVERNO
DO ESTADO DO CEARÁ
2007- 2016**



Março/2007



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Empresa de Tecnologia da Informação
do Ceará*

Cid Ferreira Gomes

Governador

Francisco José Pinheiro

Vice-Governador

Silvana Maria Parente Neiva Santos

Secretária do Planejamento e Gestão - Seplag

Fernando Carvalho Gomes

**Diretor-Presidente da Empresa de Tecnologia
da Informação do Ceará - Etice**

Elaboração do Plano Estratégico

Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro – Analista de Gestão de TI da Etice

Colaboração Especial na Elaboração do Plano Estratégico

Ariana Falcão da Silva – Analista de Gestão de TI da Etice

Revisão do Plano Estratégico

Ana Lúcia Pereira Gomes – Articuladora da Assessoria de Estratégias de TI da Seplag

Fernando Carvalho Gomes - Diretor-Presidente da Etice

Francisco Arnoudo Alves – Analista de Gestão de TI da Etice

José Auriço Oliveira – Diretor de Cidadania da Etice

Lúcia Maria Viana Bezerra - Assessora de Estratégias de TI da Seplag

Regina Estela B. de Lima - Articuladora da Assessoria de Estratégias de TI da Seplag

APRESENTAÇÃO

Este documento contém o detalhamento do Plano Estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará, para o período de 2007 a 2016, e compreende a missão, a visão, as estratégias, os objetivos estratégicos e o conjunto de ações governamentais, relacionadas com Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC a serem desenvolvidas, visando dar suporte à implementação das políticas públicas e à qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Este Plano atende à diretriz de “Democratizar o Processo de Planejamento Estratégico e Assegurar Transparência e Ética na Gestão Pública” e é resultado do planejamento estratégico, realizado pela Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag e Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – Etice, no período de 10 a 11/02/2007, utilizando uma metodologia participativa onde expectativas e experiências de vários atores envolvidos ou impactados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação, foram compartilhadas buscando a definição dos rumos estratégicos para a Tecnologia da Informação do Governo do Estado.

O Plano Estratégico tem como diretrizes básicas definidas pela secretária da Seplag e pelo presidente da Etice: o uso de padrões abertos e de soluções integradas; incentivo a empresas e talentos locais; parcerias com universidades e institutos de pesquisa; criação de escritório de projetos; certificação dos profissionais em gerência de projetos; retenção e proteção do conhecimento e captação de recursos, além dos previstos no Tesouro Estadual para investimentos em Tecnologias da Informação e Comunicação no Governo do Estado.

Este Plano Estratégico deverá nortear as ações do Governo do Estado do Ceará em relação à Tecnologia da Informação e Comunicação e deverá ser desdobrado em planos estratégicos e operacionais, pelas áreas dos órgãos e entidades estaduais responsáveis pela gestão da TI estadual e setorial, servindo de orientação quanto à organização de suas atribuições, à realização de seu planejamento estratégico e à elaboração dos seus planos de ação, alinhados com as diretrizes do Governo e com as estratégias definidas com foco na modernização, inclusão digital e governança.

Sendo assim, com o esforço de todos a Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo Estadual poderá ter excelência e ser um fator determinante para o desenvolvimento econômico e social do Ceará.

SUMÁRIO

2. EXPECTATIVAS DOS PÚBLICOS DE INTERESSE DA TI DO GOVERNO DO ESTADO	5
2.2. COLABORADORES (EMPREGADOS, SERVIDORES E TERCEIRIZADOS)	5
2.3. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / GESTORES	6
2.4. FORNECEDORES	6
2.5. INSTITUIÇÕES DE ENSINO/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS DE P&D	6
2.6. SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (ONG'S, AGENTES POLÍTICOS, ASSOCIAÇÕES)	6
2.7. MUNICÍPIOS	6
2.8. PODER JUDICIÁRIO	6
2.9. IMPRENSA	6
2.10. ÓRGÃOS DE CONTROLE	6
2.11. AGENTES FINANCIADORES	6
3. RUMOS ESTRATÉGICOS DA TIC DO GOVERNO DO ESTADO	7
4. DESDOBRAMENTO DAS ESTRATÉGIAS EM OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES	7
4.1. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM GOVERNANÇA	8
4.2. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM MODERNIZAÇÃO	13
4.3. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM INCLUSÃO DIGITAL	16
5. CONSOLIDAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES COM FOCO EM MODERNIZAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL E GOVERNANÇA	20
5.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES RELACIONADOS COM A PERSPECTIVA DOS CLIENTES	20
5.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES RELACIONADOS COM A PERSPECTIVA FINANCEIRA	20
5.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES RELACIONADOS COM A PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	21
5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES RELACIONADOS COM A PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO	22
6. AÇÕES DIRECIONADORAS DOS PLANOS DE AÇÃO DE TIC NO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	25
6.1. AÇÕES A PARTIR DO DOCUMENTO DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO DO ESTADO	25
6.1.1. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de uma Sociedade Justa e Solidária	25
6.1.2. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de uma Economia Para Uma Vida Melhor	27
6.1.3. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de um Governo Competente e Participativo	28
6.2. AÇÕES SUPORTADAS POR TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, A PARTIR DAS PROPOSTAS PARA 2007 DA MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

1. INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico tem por objetivo definir as diretrizes básicas que nortearão os rumos da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado do Ceará para um período de 10 anos, a partir de 2007, devendo ser revisado anualmente.

Este Plano foi elaborado considerando as diretrizes do Governo Estadual, as expectativas dos públicos de interesse da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado do Ceará e a análise do ambiente interno e externo em que ela está inserida.

Nele estão definidas a missão, a visão e as estratégias da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará em três focos estratégicos, Modernização, Inclusão Digital e Governança, que estão desdobrados em Objetivos Estratégicos e Ações, nas perspectivas dos Clientes, Financeira, dos Processos Internos, de Aprendizado e Crescimento, para melhor gerenciar o desempenho das estratégias.

Desta forma, o Governo do Estado dispõe de um importante instrumento para orientar o direcionamento dos seus esforços em Tecnologia da Informação e Comunicação para ações de curto, médio e longo prazo e para acompanhamento e medição do alcance dos objetivos e do desempenho efetivo das estratégias.

Os gestores da Assessoria de Estratégias de Tecnologia da Informação – Aseti, da Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag, da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – Etice, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, das áreas de Tecnologia da Informação e dos demais órgãos e entidades estaduais devem trabalhar de forma articulada, para assegurar que o desdobramento e a implementação deste Plano Estratégico ocorram de forma sincronizada, com definição clara das prioridades, dos recursos necessários, das metas, dos indicadores e dos responsáveis pela execução de cada ação, visando à otimização dos recursos e à agregação de valor para o Governo do Estado através do uso de Tecnologias de Informação e Comunicação.

A efetividade das estratégias e o êxito deste Plano dependem da sua divulgação e execução, pelos responsáveis pela aplicação e gestão da TI no Governo do Estado, bem como, pelo monitoramento sistemático dos seus resultados, com revisão e redirecionamento das ações e estratégias, quando necessário.

2. EXPECTATIVAS DOS PÚBLICOS DE INTERESSE DA TI DO GOVERNO DO ESTADO

Público de Interesse ou *Stakeholder* é aquele público que está ativamente envolvido com a TI do Governo do Estado, cujos interesses podem ser afetados de forma positiva ou negativa ou que podem exercer influência sobre a TI e seus resultados.

Durante o planejamento estratégico foram identificados os seguintes públicos de interesse e expectativas, que devem ser consideradas nos planos de ação a serem elaborados pelos órgãos e entidades estaduais, visando geração de valor, isto é, os recursos a serem aplicados devem gerar benefícios maiores do que seu custo total (vantagem competitiva).

2.1. Sociedade /Cidadão

- Agilidade e facilidade de acesso às informações e aos serviços de forma integrada e com comodidade.
- Inclusão Social por meio da Inclusão Digital, de forma Isonômica e transparência.

2.2. Colaboradores (empregados, servidores e terceirizados)

- Profissionalismo na gestão.
- Melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional.

2.3. Órgão da administração pública / gestores

- Melhoria da gestão e agilidade dos processos.
- Racionalização dos gastos.
- Desenvolvimento de soluções tecnológicas p/ implementação de políticas públicas.
- Informações confiáveis para controle e tomada de decisões.
- Acesso Integrado às informações para efetividade da gestão.
- Diretrizes claras para as áreas de TI do Governo.

2.4. Fornecedores

- Compras governamentais alavancando o desenvolvimento das empresas cearenses e da economia do Estado.
- Criar mecanismos que aumentem a participação das empresas no fornecimento de soluções tecnológicas.
- Orientação da TI do Estado com foco na agregação de valor, mais executivo/menos técnico.

2.5. Instituições de Ensino/Universidades/Institutos de P&D

- Implementação do conhecimento.
- Alocação de recursos para pesquisa.
- Aumentar a parceria entre as Universidades e o Governo, no sentido de contribuir com a formação acadêmica.
- Aplicabilidade das pesquisas acadêmicas nas soluções governamentais.

2.6. Sociedade Civil Organizada (ONG's, Agentes Políticos, Associações)

- Atendimento racional e tempestivo.
- Projetos de TI para o desenvolvimento econômico.
- Ser reconhecida pelo Governo e participar de Fóruns através de representantes.

2.7. Municípios

- TI como integração e apoio aos serviços.
- Transparência e racionalização na aplicação dos recursos Públicos.

2.8. Poder judiciário

- Celeridade, transparência e democratização dos serviços da justiça.
- Ferramentas para a celeridade e transparência.

2.9. Imprensa

- Acesso às informações com rapidez e transparência.

2.10. Órgãos de Controle

- Acesso às informações
- Controle Social

- Transparência

2.11. Agentes Financiadores

- Transparência.
- Expansão da oportunidade de financiamento em projetos de TI.
- Resultados.

3. RUMOS ESTRATÉGICOS DA TIC DO GOVERNO DO ESTADO

Os rumos estratégicos da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado do Ceará estão descritos a seguir, através da Missão, da Visão e das Estratégias definidas.

A missão sintetiza a razão da existência da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo do Estado do Ceará que é **“ser um instrumento de modernização e de fortalecimento da governança, contribuindo para um Estado eficiente, justo e transparente”**.

A visão de futuro estabelece direção e foco e indica que a TI do Governo do Estado do Ceará quer **“ser reconhecida nacionalmente, até 2016, como líder em soluções tecnológicas para governança pública e inclusão digital”**.

As estratégias definem “como” a Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo deve atuar para cumprir a sua missão e alcançar a sua visão de futuro e foram estabelecidas com três focos distintos e complementares, Modernização, Inclusão Digital e Governança.

A estratégia com foco em Governança tem por finalidade **“Prover, em conjunto com o cliente, tecnologias e informações que atendam suas necessidades e que fortaleçam a capacidade administrativa e financeira do Governo para executar suas políticas públicas”**.

A estratégia com foco em Modernização busca **“Tornar as áreas de negócios parceiras estratégicas de TIC, visando à prestação de serviços integrados e seguros, com inovação, disponibilidade de informações e ampla facilidade de acesso pela sociedade”**.

A estratégia definida com foco em Inclusão Digital visa **“Integrar as ações de TIC com ênfase na educação e geração de renda, focadas no desenvolvimento regional e Inclusão Social”**.

4. DESDOBRAMENTO DAS ESTRATÉGIAS EM OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES

As Estratégias foram desdobradas em Objetivos Estratégicos e Ações, nas Perspectivas dos Clientes, Financeira, dos Processos Internos, do Aprendizado e Crescimento utilizando a abordagem do *Balanced Scorecard* – BSC.

Tal abordagem permite o planejamento das Ações que devem ser executadas para o alcance dos Objetivos Estratégicos, em cada uma das Perspectivas, visando a eficácia das Estratégias.

Na Perspectiva dos Clientes os negócios e as atividades da organização devem ser direcionados para o atendimento das necessidades e satisfação dos seus clientes.

Na Perspectiva Financeira devem ser planejadas as ações necessárias para medir e avaliar os resultados que o negócio proporciona e necessita para o seu crescimento e desenvolvimento, assim como para a satisfação dos seus financiadores. Nesta perspectiva deve-se levar em consideração como os serviços devem ser entregues utilizando os recursos da organização do modo mais eficiente possível, o custo da prestação dos serviços, inclusive o custo social; o valor, o benefício do serviço, inclusive externalidades positivas; o apoio de autoridades legitimadoras – poder legislativo, eleitores, contribuintes, entre outros.

Na Perspectiva dos Processos Internos devem ser planejadas ações que possibilitem o desenvolvimento dos Processos-chave do negócio, através de análises e intervenções constantes, para alcançar a excelência e aumentar a satisfação dos clientes. A melhoria dos processos internos no presente é um indicador chave para o alcance dos objetivos estratégicos nas perspectivas Financeira e dos Clientes.

A Perspectiva de Aprendizado e Crescimento direciona a atenção para tecnologias, pessoas, competências estratégicas e clima para a ação necessárias ao sucesso da organização. O investimento a realizar nesta área é um fator crítico para o desenvolvimento da organização em longo prazo.

Desta forma, na perspectiva do Aprendizado e Crescimento são contempladas ações para a construção das competências estratégicas relacionadas com pessoas, tecnologias e clima organizacional necessárias ao desenvolvimento das condições adequadas para que os Processos Internos sejam desenvolvidos e/ou redesenhados para obter excelência e maximizar a satisfação dos financiadores e clientes.

Portanto, dentro desta abordagem, foram definidas as ações necessárias para o alcance dos objetivos e efetividade de cada estratégia.

4.1. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM GOVERNANÇA

Governança diz respeito à forma como os recursos governamentais estão sendo administrados, como são direcionados e controlados, tendo como princípios fundamentais, transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Sendo assim, para se ter uma boa Governança devem ser adotadas melhores práticas gerenciais, visando não somente o desempenho financeiro, mas também a transparência das ações, a responsabilidade social e ambiental.

Visando atender à diretriz para um Governo Competente e Participativo, e fortalecer a governança estadual e a da Tecnologia da Informação e Comunicação, foram definidos os objetivos estratégicos e as ações que deverão ser desenvolvidos para que a estratégia com foco em governança seja executada, contribuindo para uma gestão eficiente dos recursos governamentais e uma melhor interação e desempenho dos órgãos e entidades estaduais, para aumentar a capacidade administrativa, financeira e de execução das políticas públicas.

Estratégia com foco em Governança: Prover, em conjunto com o cliente, tecnologias e informações que atendam as suas necessidades e que fortaleçam a capacidade administrativa e financeira do Governo para executar suas políticas públicas.

Objetivos Estratégicos e Ações:

4.1.1. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Clientes:

4.1.

1.1. Dar transparência às ações e recursos utilizados nas áreas do Governo.

- Criar portal de informações direcionadas para ações governamentais.

4.1.

1.2. Disponibilizar serviços de Governo com agilidade.

- Aperfeiçoar o Portal de Serviços e Informações do Governo do Estado.
- Ampliar a oferta de serviços pela WEB.
- Realizar processo de divulgação dos serviços disponibilizados.
- Harmonizar os sites governamentais.

4.1.

1.3. Aumentar a satisfação dos clientes.

- Aumentar o atendimento às demandas dos clientes.
- Definir mecanismos de retroalimentação dos clientes.
- Aferir o grau de satisfação dos clientes com os projetos de Governo implantados.

4.1.2. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva Financeira:

4.1.

2.1. Garantir recursos financeiros adequados às áreas de TIC do Governo.

- Garantir recursos para os PETIs setoriais.
- Elaborar orçamento de acordo com os PETIs setoriais.

4.1.

2.2 Garantir recursos financeiros para projetos corporativos.

- Alocar recursos financeiros ao órgão responsável pela implantação.
- Realizar estudo relativos a PPPs e contratos de riscos.

4.1.2.3.

1.. Racionalizar os gastos de TIC do Governo

- Definir alternativas para a RIGAV – Gigafor / rede convergente.
- Realizar estudos sobre rede convergente.
- Avaliar a implantação de projetos com softwares abertos.
- Realizar o compartilhamento de recursos de TIC entre os órgãos estaduais.

4.1.2.4. Implantar processo de captação de recursos e desenvolvimento de projetos conjuntos (PPPs, contrato de riscos, órgãos financiadores nacionais e internacionais, outros).

- Realizar estudos sobre a legislação e adequar à realidade estadual.

4.1.3. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Processos Internos:

4.1.3.1.

Identificar e atender às necessidades de informações das áreas de negócios.

- Realizar Planejamento Estratégico das áreas de Tecnologias da Informação – PETIs das setoriais.

4.1.3.2. Integrar os sistemas corporativos do Governo

- Implantar Sistema Integrado de Informações.
- Implantar tecnologias de BI/DW
- Aperfeiçoar a sala de situação governamental (sistema SEPLAG).
- Implantar middleware/arquitetura para Governo.

4.1.3.3. Realizar a migração de sistemas corporativos do *mainframe*

- Avaliar alternativas de migração e realizar o processo.
- Realizar estudo sobre *outsourcing*.

4.1.3.4. Reavaliar o processo de análise dos projetos de TIC.

- Realizar oficina de redesenho do processo de análise dos projetos de TIC.

4.1.4. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva do Aprendizado e Crescimento:

4.1.4.1. Criar Políticas de contratação de serviços e pessoas.

- Estabelecer critérios para contratação de serviços e pessoas.

4.1.4.2. Capacitar as pessoas nas melhores práticas de governança de TIC.

- Capacitar e certificar em Gerência de Projetos, COBIT, ITIL, Processo de Software, Modelagem de Processo de Negócios, etc.

4.1.4.3

. Implantar estrutura adequada de TIC nas áreas de Governo.

- Elaborar projeto de estruturação das áreas de TIC.
- Implantar os projetos.

4.1.4.

4. Criar mecanismos de estímulo e reconhecimento.

- Criar política de treinamento para terceirizados, empregados e servidores.
- Criar sistema de recompensas variável.

4.1.4.5

. Definir e implantar processo padrão de desenvolvimento de software no Governo do Estado.

- Criar equipe para estudar, definir e disseminar o modelo.
- Implementar processo padrão para desenvolvimento de software no Governo do Estado.

4.1.4.6

. Implementar as melhores práticas de governança de TIC.

- Implantar escritórios de projetos, etc
- Implantar ferramentas de Gestão do Conhecimento.

4.1.4.

7. Implantar *Data Center* para o Governo do Estado.

- Realizar estudo sobre *Data Center*.
- Elaborar projeto de implantação da solução a ser adotada.

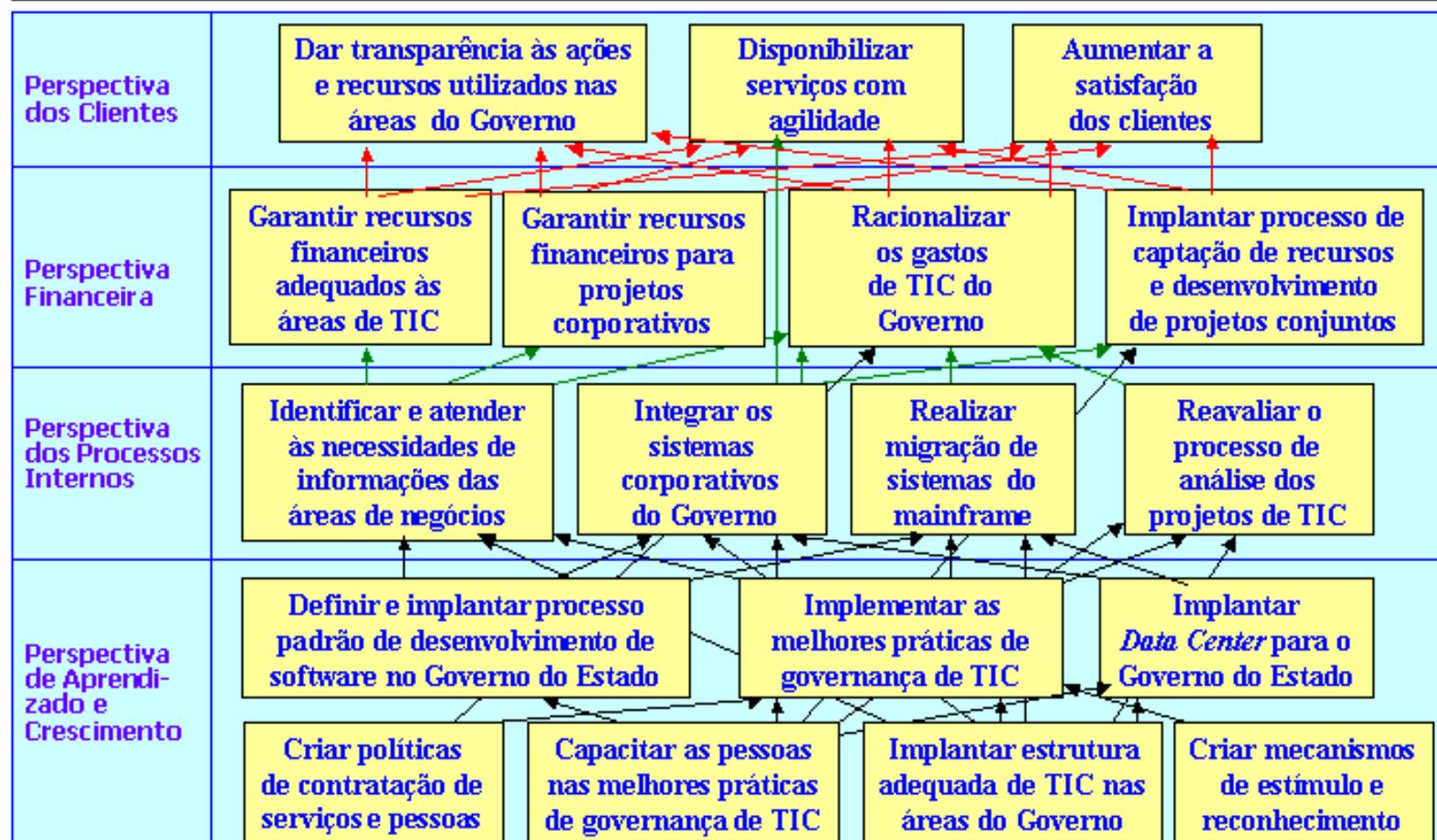
O Mapa Estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará, para a estratégia com foco em Governança está ilustrado no quadro a seguir.

Mapa estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará

Missão: ser um instrumento de modernização e de fortalecimento da governança, contribuindo para um Estado eficiente, justo e transparente.

Visão: ser reconhecida nacionalmente, até 2016, como líder em soluções tecnológicas para governança pública e inclusão digital.

Estratégia com foco em Governança: Prover, em conjunto com o cliente, tecnologias e informações que atendam as suas necessidades e que fortaleçam a capacidade administrativa e financeira do Governo para executar suas políticas públicas.



4.2. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM MODERNIZAÇÃO

Um grande desafio para o Governo é ampliar cada vez mais o nível de satisfação dos cidadãos com os serviços prestados, sendo para isto imprescindível a modernização da administração pública, devendo ser empreendidos esforços contínuos para oferta de serviços inovadores e de sistemas modernos, integrados e seguros a um custo benefício apropriado.

Para isto, é necessário o desenvolvimento de lideranças, a capacitação das pessoas, técnica e gerencialmente, a otimização de processos, a construção de uma infra-estrutura adequada e a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação modernas.

Neste contexto, foram definidos objetivos estratégicos e ações necessárias para que a estratégia com foco em modernização tenha eficácia.

Estratégia com foco em Modernização: Tornar as áreas de negócios parceiras estratégicas de TIC, visando à prestação de serviços integrados e seguros, com inovação, disponibilidade de informações e ampla facilidade de acesso pela sociedade.

Objetivos Estratégicos e Ações:

4.2.1. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Clientes:

4.2.1.1. Aumentar a satisfação dos clientes.

- Monitorar a satisfação dos clientes, realizando pesquisas sistemáticas de opinião.

4.2.2. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva Financeira:

4.2.2.1. Orientar a TI do Estado com foco em agregação de valor e racionalização dos gastos.

- Estabelecer os critérios para os padrões abertos de software livre.
- Integrar as aplicações corporativas do Estado.

4.2.2.2. Buscar mecanismos de financiamento externo para viabilizar os projetos de modernização.

- Captar recursos de agentes financiadores internos e externos.
- Definir políticas para PPP.

4.2.2.3. Contribuir para o desenvolvimento da economia do estado.

- Estimular interação entre governo e empresas locais.
- Criar incentivos fiscais para o desenvolvimento do mercado e das empresas locais.
- Incentivar a utilização de instrumento de consórcio em editais de licitação complexos.
- Realizar compras governamentais.

4.2.3. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Processos Internos:

4.2.3.1. Prover serviços e informações do governo de forma integrada, simplificada e otimizada.

- Fortalecer centros de serviços integrados para o cidadão em todo o Estado.
- Criar o Portal de Serviços integrados que permita acesso por diversos meios e tecnologias.

4.2.3.2. Traçar as diretrizes de gestão da informação

- Definir padrões de interoperabilidade e acesso seguro aos dados distribuídos e heterogêneos.
- Rever e aplicar políticas da segurança da informação do Estado.
- Implantar gestão do conhecimento.
- Criar área de prospecção de soluções tecnológicas, voltada à inovação.

4.2.3.3. Elevar o nível de integração entre gestores de negócios e de TIC e destes com as estratégias do Governo.

- Realizar fóruns de gestão de conhecimento e melhores práticas.
- Rever as atribuições da função de analista de gestão de TI, com foco no negócio.

4.2.4. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva do Aprendizado e Crescimento:

4.2.4.1. Elevar o nível de qualificação dos gestores de TIC.

- Capacitar os gestores de TIC em novas tecnologias e gestão pública.
- Realizar parcerias (convênios) com Universidades e entidades de pesquisas.
- Prover os gestores TIC de conhecimento sobre governança de TI.

4.2.4.2. Criar um modelo de gestão de TIC, que posicione estrategicamente a TI na estrutura do Governo.

- Revisar o modelo de gestão de TIC do Governo.

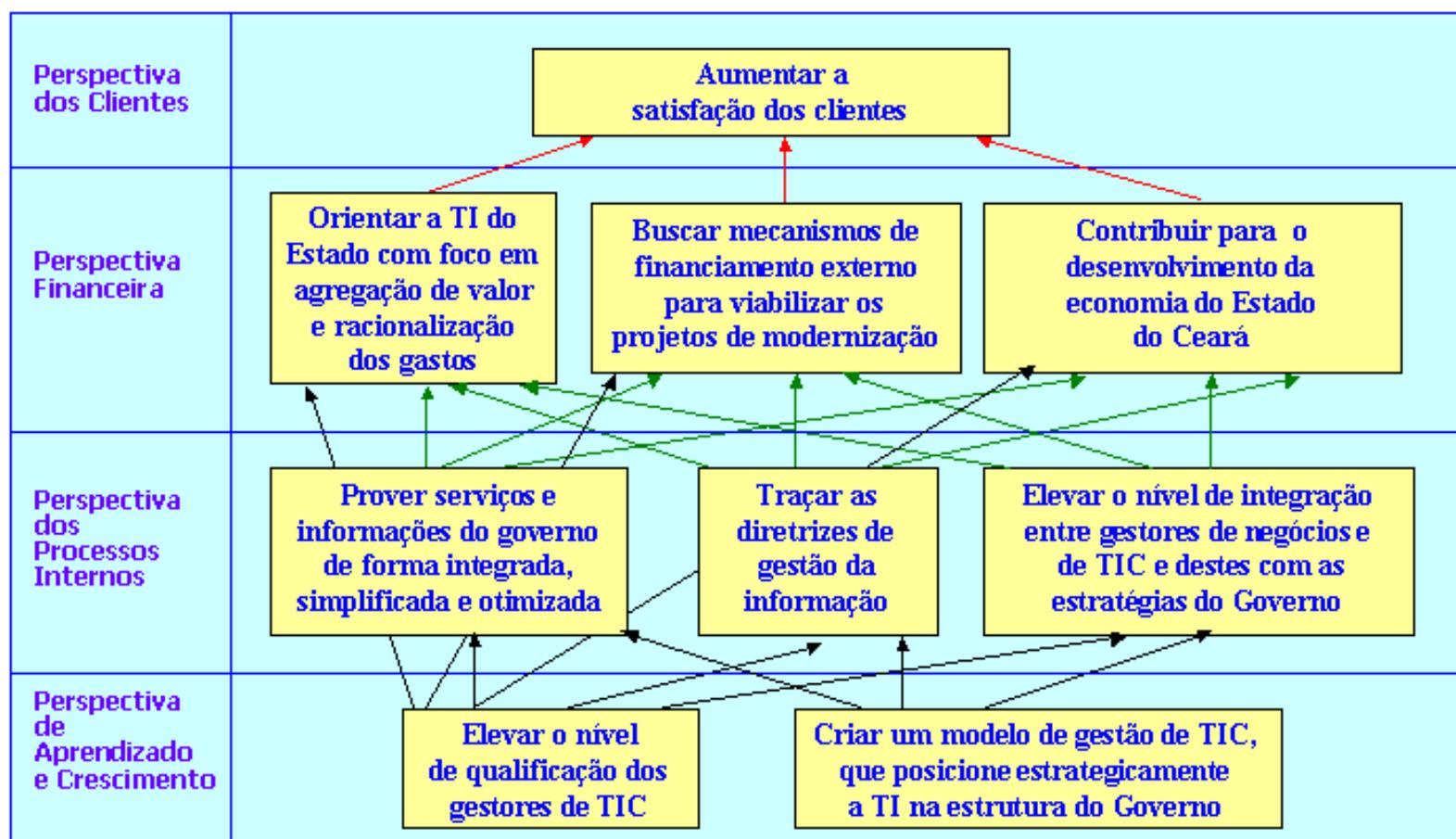
O Mapa Estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará, para a estratégia com foco em Modernização está ilustrado no quadro a seguir.

Mapa estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará

Missão: ser um instrumento de modernização e de fortalecimento da governança, contribuindo para um Estado eficiente, justo e transparente.

Visão: ser reconhecida nacionalmente, até 2016, como líder em soluções tecnológicas para governança pública e inclusão digital.

Estratégia com foco em Modernização: Tornar as áreas de negócios parceiras estratégicas de TIC, visando à prestação de serviços integrados e seguros, com inovação, disponibilidade de informações e ampla facilidade de acesso pela sociedade.



4.3. DA ESTRATÉGIA COM FOCO EM INCLUSÃO DIGITAL

A Inclusão Digital pela sua relevância vem sendo discutida no âmbito dos governos nacionais e internacionais e diversas ações vêm sendo desenvolvidas para incluir digitalmente a população de baixa renda, seja através de centros de acesso à internet, de cursos de alfabetização tecnológica ou de outros mecanismos que permitam universalizar o acesso à internet e democratizar a informação.

Com isto, o que se busca é dar aos cidadãos menos privilegiados, condições de uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para acesso a conteúdos digitais, troca de informações e geração de conhecimento, que possam gerar oportunidades de trabalho, de renda, de exercício de cidadania, de interação e inserção social.

Neste contexto, buscando o alinhamento com as diretrizes do Governo para uma sociedade justa e solidária, com uma visão de desenvolvimento local e regional, foram definidos objetivos estratégicos e ações necessárias para que a estratégia com foco em inclusão digital seja executada com êxito.

Estratégia com foco em Inclusão Digital: Integrar as ações de TIC com ênfase na educação e geração de renda, focadas no desenvolvimento regional e inclusão social.

Objetivos Estratégicos e Ações:

4.3.1. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Clientes:

4.3.1.1. Disponibilizar TIC para ampliar o acesso à informação, à educação e a geração de renda.

- Criar o Indicador de Inclusão Digital – IID
- Implantar sistemática de avaliação qualitativa dos investimentos realizados em inclusão digital.

4.3.2. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva Financeira:

4.3.2.1. Intensificar e integrar as políticas públicas de Inclusão Digital.

- Constituir um Comitê Gestor de Inclusão Digital, envolvendo a Sociedade Civil Organizada.

4.3.2.2 Incentivar a participação da iniciativa privada em projetos de Inclusão Digital.

- Definir mecanismos de contrapartida de Inclusão Digital para as empresas que recebem incentivos fiscais.
- Criar comitê para elaboração de projetos que viabilizem as PPPs.
- Estender o projeto menor aprendiz às empresas de TIC do Estado do Ceará.

4.3.3. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Processos Internos:

4.3.3.1. Socializar os serviços governamentais.

- Ampliar a oferta de serviços com o uso das TICs.

- Criar pontos de acesso regionalizados aos serviços governamentais.
- Fomentar a geração de soluções e talentos locais (Regionalizado).

4.3.4. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva do Aprendizado e Crescimento:

4.3.4.1

Elevar o nível de qualificação dos colaboradores e parceiros.

- Criar fábricas de software locais regionalizadas, agregadas a um modelo de negócio.
- Apoiar e orientar na formação de infra-estrutura local de TIC.
- Criar núcleos locais de fomento ao uso das TICs com definição de um Agente da Inclusão Digital.

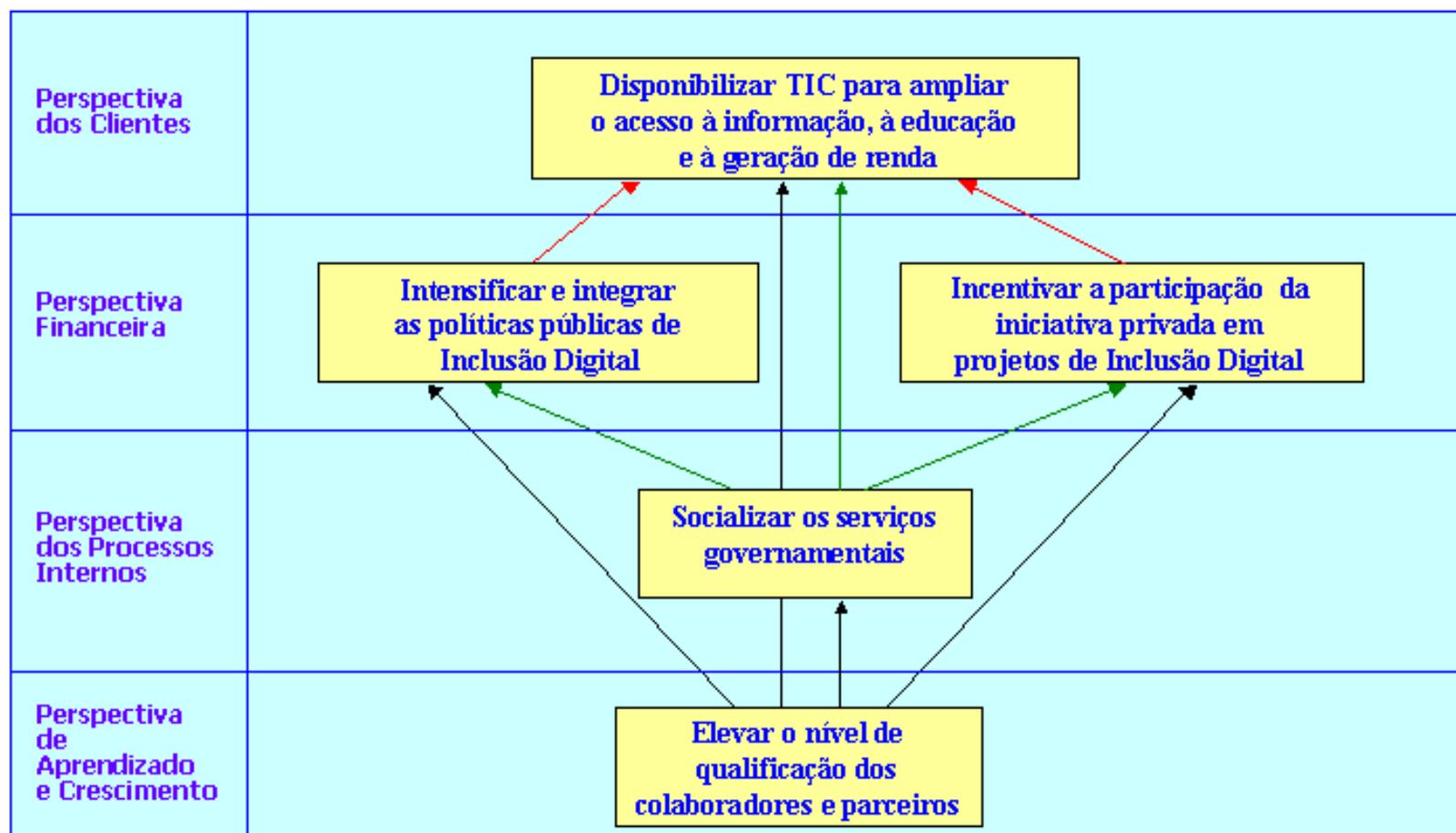
O Mapa Estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará, para a estratégia com foco em Inclusão Digital está ilustrado no quadro a seguir.

Mapa estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará

Missão: ser um instrumento de modernização e de fortalecimento da governança, contribuindo para um Estado eficiente, justo e transparente.

Visão: ser reconhecida nacionalmente, até 2016, como líder em soluções tecnológicas para governança pública e inclusão digital.

Estratégia com foco em Inclusão Digital: Integrar as ações de TIC com ênfase na educação e geração de renda, focadas no desenvolvimento regional e inclusão social.



5. Consolidação dos Objetivos Estratégicos e Ações com foco em Modernização, Inclusão Digital e Governança.

Tendo em vista, facilitar a visualização dos objetivos estratégicos, de forma integrada, foram consolidadas as ações dos três focos estratégicos em cada uma das seguintes perspectivas:

5.1. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Clientes

5.1.1. Disponibilizar serviços de Governo com agilidade.

- Aperfeiçoar o Portal de Serviços e Informações do Governo do Estado.
- Ampliar a oferta de serviços pela WEB.
- Realizar processo de divulgação dos serviços disponibilizados.
- Harmonizar os sites governamentais.

5.1.2. Disponibilizar TIC para ampliar o acesso à informação, à educação e a geração de renda.

- Criar o Indicador de Inclusão Digital – IID
- Implantar sistemática de avaliação qualitativa dos investimentos realizados em inclusão digital.

5.1.3. Dar transparência às ações e recursos utilizados nas áreas do Governo.

- Criar portal de informações direcionadas para ações governamentais.

5.

1.4. Aumentar a satisfação dos clientes.

- Aumentar o atendimento às demandas dos clientes.
- Definir mecanismos de retroalimentação dos clientes.
- Aferir o grau de satisfação dos clientes com os projetos de Governo implantados.
- Monitorar a satisfação dos clientes, realizando pesquisas sistemáticas de opinião.

5.2. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva Financeira

5.2.1. Buscar mecanismos de financiamento externo para viabilizar os projetos de modernização.

- Captar recursos de agentes financiadores internos e externos.
- Definir políticas para PPP.

5.2.2. Contribuir para o desenvolvimento da economia do estado.

- Estimular interação entre governo e empresas locais.
- Criar incentivos fiscais para o desenvolvimento do mercado e das empresas locais.
- Incentivar a utilização de instrumento de consórcio em editais de licitação complexos.
- Realizar compras governamentais.

5.2.3. Orientar a TI do Estado com foco em agregação de valor e racionalização dos gastos.

- Estabelecer os critérios para os padrões abertos de software livre.
- Integrar as aplicações corporativas do Estado.

5.2.4. Implantar processo de captação de recursos e desenvolvimento de projetos conjuntos (PPPs, contrato de riscos, órgãos financiadores nacionais e internacionais, outros).

- Realizar estudos sobre a legislação e adequar à realidade estadual.

5.2.5. Incentivar a participação da iniciativa privada em projetos de Inclusão Digital.

- Definir mecanismos de contrapartida de Inclusão Digital para as empresas que recebem incentivos fiscais.
- Criar comitê para elaboração de projetos que viabilizem as PPPs.
- Estender o projeto menor aprendiz às empresas de TIC do Estado do Ceará.

5.2.6. Intensificar e integrar as políticas públicas de Inclusão Digital.

- Constituir um Comitê Gestor de Inclusão Digital, envolvendo a Sociedade Civil Organizada.

5.2.7. Racionalizar os gastos de TIC do Governo

- Definir alternativas para a RIGAV – Gigafor / rede convergente.
- Realizar estudos sobre rede convergente.
- Avaliar a implantação de projetos com softwares abertos.
- Realizar o compartilhamento de recursos de TIC entre os órgãos estaduais.

5.2.8. Garantir recursos financeiros adequados às áreas de TIC do Governo.

- Garantir recursos para os PETIs setoriais.
- Elaborar orçamento de acordo com os PETIs setoriais.

5.2.9. Garantir recursos financeiros para projetos corporativos.

- Alocar recursos financeiros ao órgão responsável pela implantação.
- Realizar estudos relativos a PPPs e contratos de riscos.

5.3. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva dos Processos Internos

5.3.1. Socializar os serviços governamentais.

- Ampliar a oferta de serviços com o uso das TICs.
- Criar pontos de acesso regionalizados aos serviços governamentais.
- Fomentar a geração de soluções e talentos locais (Regionalizado).

5.3.2. Identificar e atender às necessidades de informações das áreas de negócios.

- Realizar Planejamento Estratégico das áreas de Tecnologias da Informação – PETIs das setoriais.

5.3.3. Prover serviços e informações do governo de forma integrada, simplificada e otimizada.

- Fortalecer centros de serviços integrados para o cidadão em todo o Estado.
- Criar o Portal de Serviços integrados que permita acesso por diversos meios e tecnologias.

5.3.4. Reavaliar o processo de análise dos projetos de TIC.

- Realizar oficina de redesenho do processo de análise dos projetos de TIC.

5.3.5. Integrar os sistemas corporativos do Governo.

- Implantar Sistema Integrado de Informações.
- Implantar tecnologias de BI/DW
- Aperfeiçoar a sala de situação governamental (sistema SEPLAG).
- Implantar middleware/arquitetura para Governo.

5.3.6. Realizar a migração de sistemas corporativos do mainframe

- Avaliar alternativas de migração e realizar o processo.
- Realizar estudo sobre outsourcing.

5.4. Objetivos Estratégicos e Ações relacionados com a Perspectiva do Aprendizado e Crescimento

5.4.1. Criar um modelo de gestão de TIC, que posicione estrategicamente a TI na estrutura do Governo.

- Revisar o modelo de gestão de TIC do Governo.

5.4.2. Criar Políticas de contratação de serviços e pessoas.

- Estabelecer critérios para contratação de serviços e pessoas.

5.4.3. Elevar o nível de qualificação dos gestores de TIC.

- Capacitar os gestores de TIC em novas tecnologias e gestão pública.
- Realizar parcerias (convênios) com Universidades e entidades de pesquisas.
- Prover os gestores TIC de conhecimento sobre governança de TI.

5.4.4. Elevar o nível de qualificação dos colaboradores e parceiros.

- Criar fábricas de software locais regionalizadas, agregadas a um modelo de negócio.
- Apoiar e orientar na formação de infra-estrutura local de TIC.
- Criar núcleos locais de fomento ao uso das TICs com definição de um Agente da Inclusão Digital.

5.4.5. Capacitar as pessoas nas melhores práticas de governança de TIC.

- Capacitar e certificar em Gerência de Projetos, COBIT, ITIL, Processo de Software, Modelagem de Processo de Negócios, etc.

5.4.6. Implantar estrutura adequada de TIC nas áreas de Governo.

- Elaborar projeto de estruturação das áreas de TIC.
- Implantar os projetos.

5.4.7. Implantar *Data Center* para o Governo do Estado.

- Realizar estudo sobre *Data Center*.
- Elaborar projeto de implantação da solução a ser adotada.

5.4.8. Criar mecanismos de estímulo e reconhecimento.

- Criar política de treinamento para terceirizados, empregados e servidores.
- Criar sistema de recompensas variável.

5.4.9. Traçar as diretrizes de gestão da informação

- Definir padrões de interoperabilidade e acesso seguro aos dados distribuídos e heterogêneos.
- Rever e aplicar políticas da segurança da informação do Estado.

- Implantar gestão do conhecimento.
- Criar área de prospecção de soluções tecnológicas, voltada à inovação.

5.4.10. Elevar o nível de integração entre gestores de negócios e de TIC e destes com as estratégias do Governo.

- Realizar fóruns de gestão de conhecimento e melhores práticas.
- Rever as atribuições da função de analista de gestão de TI, com foco no negócio.

5.4.11. Implementar as melhores práticas de governança de TIC.

- Implantar escritórios de projetos, etc
- Implantar ferramentas de Gestão do Conhecimento.

5.4.12. Definir e implantar processo padrão para desenvolvimento de software no Governo do Estado.

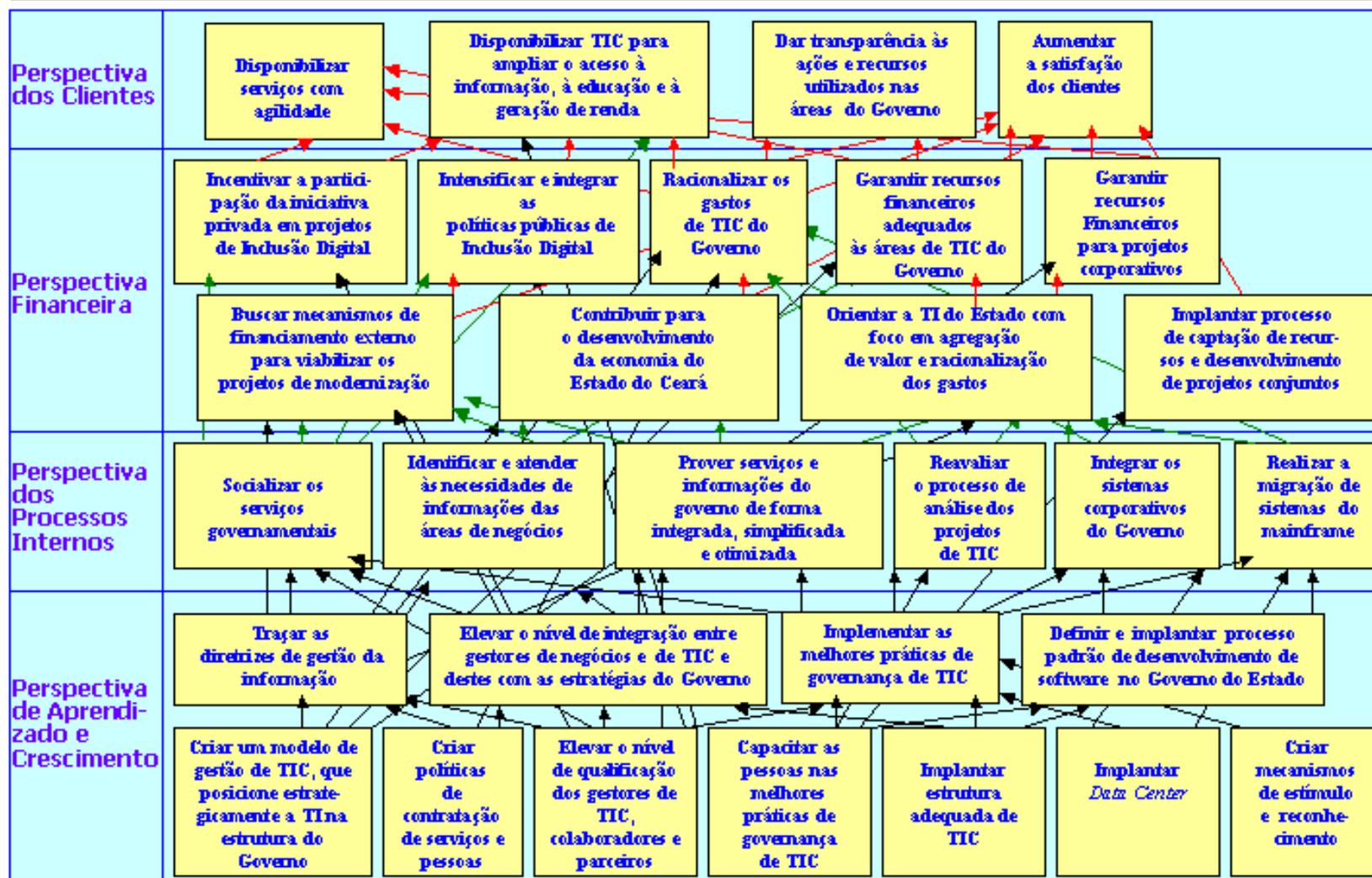
- Criar equipe para estudar e disseminar o modelo.

O Quadro a seguir contém o Mapa Estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará, consolidando os objetivos estratégicos e as suas relações nos três focos estratégicos.

Mapa estratégico da Tecnologia da Informação do Governo do Estado do Ceará

Missão: ser um instrumento de modernização e de fortalecimento da governança, contribuindo para um Estado eficiente, justo e transparente.

Visão: ser reconhecida nacionalmente, até 2016, como líder em soluções tecnológicas para governança pública e inclusão digital.



6. Ações Direcionadoras dos planos de ação de TIC no Governo do Estado do Ceará

Além das ações planejadas nos três focos estratégicos também foram selecionadas ações, que podem ser suportadas por Tecnologias da Informação e Comunicação, a partir das Diretrizes do Plano de Governo e da Mensagem do Governador para a Assembléia Legislativa.

Portanto, os responsáveis pela TI no Governo do Estado ao elaborar os planos de ação de Tecnologias da Informação e Comunicação devem identificar entre as ações listadas a seguir, as que estão relacionadas com a missão do órgão e entidade estadual que gerenciam, a fim de buscar os recursos necessários para assegurar a sua execução.

6.1. Ações a partir do documento Diretrizes para o Plano de Governo do Estado

O Governo pretende conquistar um desenvolvimento econômico, político e sócio-ambiental que proporcione o exercício da cidadania a todo cearense, tendo como indutores a educação, a saúde, a tecnologia, a cultura, a ciência e o trabalho.

Para isto, a Tecnologia da Informação e Comunicação deverá ser um dos pilares no suporte à inclusão digital, geração de trabalho e renda, integração dos municípios na economia estadual, desenvolvimento local e regional, e auxiliar os órgãos e entidades estaduais no atendimento às diretrizes e ações de Governo, destacando-se entre elas as seguintes:

6.1.1. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de uma Sociedade Justa e Solidária

6.1.1.1. em relação à Saúde:

- assegurar atendimento universal e integral, com equidade a todos os cearenses;
- reduzir a dependência do Ceará na área de ciência e tecnologia da saúde, instalando um pólo de desenvolvimento, bem como contribuindo para transformá-lo em referência nacional.

6.1.1.2. em relação à Assistência Social e Segurança Alimentar:

- criar serviços regionalizados de atendimento às crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vítimas de violência, maus tratos, abuso e negligência, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS;
- criar um Banco de Dados sobre a situação do Idoso no Ceará, a fim de identificar o processo de envelhecimento de forma crítica e científica, embasado na realidade, tendo como parâmetro a Política Nacional do Idoso.

6.1.1.3. em relação à Infância e Juventude:

- incrementar a Rede Estadual de Serviços de Atendimento à criança mediante o incentivo e a cooperação com os municípios no estabelecimento desses serviços;
- implantar ilhas digitais de acesso grátis à Internet.

6.1.1.4. em relação à Segurança Pública, Promoção da Justiça e Proteção ao Cidadão:

- mapear a criminalidade e a violência no Estado e transformar as Delegacias em Centrais Integradas de Segurança Pública responsáveis por zonas geo-referenciadas;
- promover a informatização do sistema penitenciário e segmentos da segurança pública de forma integrada;
- investir e fortalecer o sistema de inteligência da segurança pública.

6.1.1.5. em relação à Promoção de Igualdade com Equidade Social:

- controlar os serviços privados por intermédio do SUS, para que sejam garantidas informação adequada e qualidade no atendimento e na oferta dos métodos contraceptivos;
- realizar censo demográfico e sócio-cultural buscando mapear, quantificar e qualificar a participação do negro na economia e na cultura cearense.

6.1.1.6. em relação à Educação, Ciência e Tecnologia:

- trabalhar a educação, a ciência e a tecnologia de forma intersetorial como premissa para o novo projeto de desenvolvimento do Ceará;
- a ciência, a tecnologia e a inovação como política de Estado para a indução do desenvolvimento integrado e sustentado do Ceará;
- fortalecer os mecanismos de avaliação institucional das escolas, de modo que o núcleo gestor preste contas dos resultados escolares, envolvendo professores, alunos e pais, e incrementando a participação da comunidade na gestão escolar;
- implantar estruturas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas estratégicas: software, comunicações, química fina e mineral;
- preparar-se para utilizar o sistema de televisão digital a fim de fortalecer e expandir a educação tecnológica.

6.1.1.7. em relação à Ciência, Tecnologia e Inovação:

- identificar áreas estratégicas de interesse do Estado, para estabelecer linhas de apoio a ações indutoras, em ciência e tecnologia, que sejam capazes de contribuir com o desenvolvimento do Estado;
- estimular o uso das infovias para complementar a formação de professores da rede estadual de ensino;
- criar infovias regionais estratégicas de educação tecnológica, de acordo com as vocações de cada região do Estado, incorporando os equipamentos existentes e incentivando os municípios a implantar núcleos de inclusão digital;
- promover a inclusão sócio-digital, democratizando o acesso aos recursos da Tecnologia da Informação e ao mundo digital;
- promover o aprofundamento, disseminação e ampliação da democracia e cidadania digitais, mediante a oferta à população de serviços e recursos de Tecnologia da Informação;
- adotar e incentivar o uso preferencial de software livre, que não gera dependência tecnológica, tanto à Administração Pública quanto à Sociedade;
- utilizar a economia digital (produção de softwares, informação e conteúdo digitais, e prestação de serviços de Tecnologia da

Informação), prioritariamente local, como vetor de desenvolvimento econômico e social.

6.1.1.8. em relação ao Esporte, Atividade Física e Lazer:

- fazer o geoprocessamento do esporte, por modalidade, mapeando os equipamentos esportivos existentes no Estado e cadastrando as associações, agremiações, clubes, ligas e equipes.

6.1.1.9. em relação à Cultura:

- realizar a cartografia da cultura para subsidiar a definição da política cultural e a economia da cultura, articulada com a política de geração de renda.

6.1.1.10. em relação ao Meio Ambiente:

- realizar o levantamento passivo ambiental do Estado, visando à implantação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (Crédito de Carbono);
- monitorar os empreendimentos mineradores;
- ordenar e controlar o processo de licenciamento dos empreendimentos de carcinicultura;
- fortalecer o monitoramento ambiental dos ecossistemas aquáticos, dos recursos pesqueiros e da prática da aqüicultura.

6.1.2. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de uma Economia Para Uma Vida Melhor

6.1.2.1. em relação ao Desenvolvimento Econômico e Organização do Território com Inclusão Social:

- integrar as ações dos órgãos que atuam no sistema logístico e promover a integração logística dos transportes (rodovias, portos e aeroportos);
- enfrentar a grave questão estrutural da interiorização do desenvolvimento, explorando as especificidades e potencialidades regionais e promovendo o fortalecimento da rede de cidades do Estado, atualizando e ampliando a infra-estrutura, a valorização das interações de natureza econômica e a melhoria da oferta de serviços públicos;
- democratizar as informações que oportunizem o acesso às políticas de trabalho, tanto as passivas como as ativas, inclusive propiciando o acesso facilitado ao crédito;
- estabelecer políticas indutoras de modernização do comércio e serviços, implementando processos de desburocratização e a utilização intensiva de tecnologias e documentação eletrônica, bem como a desoneração dos custos;
- aproveitar a infra-estrutura hídrica existente, por meio do gerenciamento dos recursos hídricos com participação da sociedade civil em consonância com a política do governo federal;
- articular-se com as empresas prestadoras de serviços com o objetivo de sanar as deficiências do atendimento do serviço de telefonia para as pequenas comunidades da área rural, e das redes de transmissão de acesso à Internet;

- expandir a rede de fibra ótica, de sistemas wireless para interiorização da Internet e programas de inclusão digital, com acesso através de provedor público;
- formular programas articulados com o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, para inclusão digital;
- associar as políticas compensatórias existentes às metodologias que resultem em inclusão social pelo trabalho, como combate à pobreza na zona rural;
- criar mecanismos legais para redução do tempo de registro / legalização de Micro e Pequenas Empresas;
- reformular a política de incentivos a incubadoras e parques tecnológicos;
- mapear e integrar as matrizes de comércio e serviços, transformando o Estado em Centro de Excelência na prestação de serviços especializados;
- estimular e apoiar a atração de serviços especializados, como consultorias, call centers dentre outros;
- estimular arranjos / aglomerações produtivos locais por meio da descentralização e atualização da infra-estrutura, do acesso ao crédito, da inovação tecnológica e de compras governamentais.

6.1.3. Objetivos Estratégicos e Ações a partir das Diretrizes do Governo, em prol de um Governo Competente e Participativo

6.1.3.1. em relação à Sustentabilidade Política e Institucional:

- estabelecer nova relação entre o Estado e a Sociedade, efetivando a democracia, aprofundando a cidadania e criando as condições para o desenvolvimento econômico e social;
- promover a democracia, aprimorar a cidadania, garantir os direitos sociais e conduzir as políticas públicas com base na: participação social, gestão estratégica criativa, dotada dos mais modernos recursos tecnológicos e logísticos; comunicação a serviço dos interesses da sociedade, garantindo a melhor aplicação dos recursos e combatendo a corrupção;
- realizar a gestão democrática, ética, eficiente e descentralizada, com uma estrutura orgânica apoiada nas novas tecnologias para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e combater a corrupção;
- assegurar a transparência nos atos e contratos administrativos;
- adotar a prática do Orçamento Participativo;
- modernizar os métodos e processos institucionais com inovação tecnológica e humanização do trabalho;
- ampliar e requalificar as iniciativas do governo eletrônico (ambiente virtual de interação governo/sociedade como mecanismo de informações e serviços, com transparência, eficácia e qualidade, priorizando aquelas que propiciem maior benefício social);
- melhorar a eficiência do sistema de arrecadação;
- aperfeiçoar o sistema de gasto público;
- aperfeiçoar o sistema de compras com a incorporação de novas tecnologias e controle;
- firmar parcerias entre o governo estadual e os governos municipais, em regime de contrapartida, para realização de investimentos estruturantes;

- realizar Parcerias Público-Privada;
- adequar e administrar o regime previdenciário, respeitando os direitos adquiridos;
- qualificar a política de incentivos fiscais, tornando-a mais seletiva com base no perfil do empreendimento e nas estratégias de localização, considerando a diminuição das desigualdades sócio-territoriais e ampliando o incentivo tanto quanto ao porte como quanto à natureza das atividades, em especial as micro, pequenas e médias empresas e empresários locais, a fim de dar mais capilaridade territorial aos incentivos e maior impacto na geração de emprego e aumento da receita pública;
- incentivar empreendimentos que produzam bens para o consumo local, com os fornecedores do governo e de setores produtivos que importem esses bens (fechamento de elos da cadeia produtiva), a exemplo da hotelaria, feiras, restaurantes e eventos;
- adotar política ousada de parcerias para melhor aproveitamento do potencial das agências multilaterais, governos estrangeiros e terceiro setor;
- ampliar e aprofundar as relações com as instituições multilaterais e governos de outros países, visando alavancar investimentos em áreas estratégicas de desenvolvimento do Estado;
- desenvolver parcerias com o objetivo de fortalecer as iniciativas do terceiro setor que contribuam para o projeto de desenvolvimento que o Ceará merece;
- criar os meios necessários para facilitar o acesso das organizações da sociedade civil, e dos cidadãos, às informações e serviços da administração estadual;
- democratizar a informação e a comunicação, em favor da transparência administrativa;
- aperfeiçoar os mecanismos de socialização e de fácil acesso às informações de atos e contratos governamentais;
- aperfeiçoar o sistema de controle interno – controles administrativos, operacionais e estratégicos;
- elaborar, numa linguagem simples e direta, o Guia do Cidadão – um Guia de Serviços da Administração Pública Estadual.

6.2. Ações suportadas por Tecnologias da Informação e Comunicação, a partir das Propostas para 2007 da Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa:

6.2.1. Em relação à Segurança Pública:

- modernização de instrumentos que otimizam o trabalho de inteligência no enfrentamento da criminalidade;
- modernização e estruturação da Polícia Científica como ferramenta de apoio ao trabalho da Polícia Judiciária, na elucidação das ações delituosas.

6.2.2. Em relação à Ciência e Tecnologia:

- posicionamento do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior como suporte dos grandes projetos estruturantes do Governo, com destaque para Energias Alternativas (Biodiesel, Eólica, etc.), Siderúrgica, Educação Básica, Educação Tecnológica e Profissional e Agricultura Familiar;

- implantação de políticas de inclusão digital como estratégia de inclusão social, mediante o uso de novas tecnologias de comunicação, em especial redes *wireless*, PLC (*Power Line Communication*) e TV Digital;
- dinamização do uso das Infovias para apoio à Educação Continuada e Educação à Distância, como complemento à formação de professores em diversos níveis, ampliando a capilaridade do acesso às Tecnologias da Informação em todo o Estado.

6.2.3. Em relação à Justiça e Cidadania:

- promoção da informatização do Sistema Penitenciário, integrando ao Sistema de Segurança Pública.

6.2.4. Em relação ao Planejamento e Gestão:

- aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas governamentais, visando integrar todas as secretarias dentro de um padrão rigoroso de performance;
- priorização da captação de recursos mediante convênios com o poder público federal;
- priorização da contrapartida na alocação de limites financeiros para programas financiados por operações de crédito e/ou convênios, definidos pelo Governo;
- elaboração do planejamento estratégico de tecnologia da informação;
- implantação de mecanismos de valorização do servidor e fortalecimento da ética e da transparência no serviço público;
- intensificação de estudos e projetos de racionalização de gastos corporativos.

6.2.5. Em relação às Finanças Públicas:

- modernização do Sistema de Fiscalização do Estado, no âmbito dos estabelecimentos, trânsito de mercadorias e monitoramento do desempenho fiscal do contribuinte;
- desenvolvimento e implantação de sistemas de gerenciamento contábil e financeiro do Estado do Ceará;
- automação do controle das operações de circulação de mercadorias nas operações interestaduais e comércio exterior.

6.2.6. Em relação à Ouvidoria e Controladoria:

- realização de estudos de racionalização de gastos com impressoras e xerox;
- participação da implantação do módulo de suprimentos do Sistema Integrado de Gestão – GRP;
- implantação do sistema de custos para o Governo do Estado do Ceará para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

6.2.7. Em relação à Ouvidoria Pública:

- criação de mecanismos facilitadores do registro de reclamações, críticas, sugestões e elogios, para que os resultados contribuam na formulação de políticas públicas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano Estratégico deve ser um documento norteador dos planos de ações referentes à Tecnologia da Informação e Comunicação a serem elaborados pelos órgãos e entidades estaduais responsáveis pela Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Estadual.

Sendo assim, os órgãos e entidades estaduais ao elaborarem o seu planejamento estratégico de TI devem incluir nos seus planos de ação, além das ações descritas nos itens 5 e 6 deste documento, pertinentes à sua área de atuação, outras, que sejam necessárias ao cumprimento da missão e da visão da instituição em que atuam.

Para a eficácia do planejamento as ações devem ser estruturadas em planos de ação, contendo metas, indicadores, responsáveis e prazo para execução, agrupadas de acordo com o objetivo estratégico ao qual estão relacionadas. Os anexos 8.1. e 8.2 contêm o modelo dos formulários a serem utilizados para detalhamento dos planos de ação, pelos órgãos e entidades estaduais.

Estes planos devem ser acompanhados mensalmente para avaliação de suas metas, indicadores, resultados e do desempenho das estratégias, de forma que possam ser propostos ajustes e redirecionamentos, quando necessários, para que os objetivos estratégicos sejam efetivamente alcançados, assegurando o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da TI do Governo do Estado do Ceará.

Desta forma, estes planos serão importantes instrumentos gerenciais, que sendo utilizados adequadamente pelos responsáveis, pela aplicação, uso e gerenciamento da Tecnologia da Informação e Comunicação do Governo contribuirá para um Estado eficiente, justo e moderno em benefício da sociedade.